Reconhecimento é essencial à realização do profissional do Direito

Os estudantes de Direito colocam em seus sonhos alcançar sucesso profissional que, normalmente, se traduz em ocupar um cargo importante ou fazer fortuna na advocacia. Ninguém lhes diz que a realização plena dependerá, também, do reconhecimento da classe e dos que travam relações profissionais ou sociais durante suas trajetórias.

O desprezo por este tema não é novidade. Os cursos de Direito ignoram relações humanas e felicidade, fato que leva muitos a alcançarem suas metas e, ainda assim, sentirem-se infelizes. O que levará alguém que ocupa a ambicionada posição na esfera pública a ter depressão? O que conduz um advogado de sucesso material a ser infeliz?

As causas podem ser muitas, porém a falta de reconhecimento certamente será uma delas. E isto pode ser o resultado, exatamente, do agente não encontrar realização no que faz e daí não fazer bem, resultando em um círculo vicioso sem fim. Quanto menos faz, menos é reconhecido e daí menos, ainda, se dedica.

Durante minha vida tive experiências pessoais e vi o comportamento de terceiros gerar reações nos dois sentidos: positivo e negativo.

No exemplo negativo, sempre me vem à lembrança um ministro de um tribunal superior que exerceu todos os cargos de direção, inclusive a presidência. Entre as suas qualidades não se incluía a simpatia. No seu comportamento parecia querer mostrar a sua superioridade intelectual. O tempo passou e veio a aposentadoria compulsória. Sem poder, foi relegado ao mais completo ostracismo. Dificilmente se encontrava quem lhe desse atenção, perambulava sozinho nas cerimônias oficiais. Até o fim de seus dias amargou uma triste solidão que, erroneamente, atribuía aos outros.

O outro exemplo vem da primeira instância. Eu era promotor de Justiça e fui passar o fim de semana em uma pequena e agradável cidade do interior de São Paulo, onde tinha muita amizade com o colega. Não sei por que, no assunto veio o antigo juiz da comarca, meu conhecido. E aí fiquei sabendo que ele saiu

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

em uma situação horrível. A população da cidade foi atrás do caminhão de mudança, soltando fogos. Do ponto de vista profissional não pode haver algo mais triste do que ser publicamente repudiado.

No sentido oposto, tive ocasião de presenciar belas cenas. Lá por 2008 eu estava em Guajará Mirim, Rondônia, fronteira com a Bolívia, participando de um encontro de magistrados do estado. No encantador hotel construído no meio da mata convivi com os juízes três dias. Chamou-me a atenção um desembargador aposentado. Participava de tudo e era tratado com muita amizade e carinho por todos. Curioso, quis saber por que. Disseram-me que o homem havia feito a carreira em tempos difíceis e dedicara toda a sua vida à magistratura rondoniense, sendo um exemplo para todos. Naquele momento, colhia os frutos. Seu nome: Dimas Ribeiro da Fonseca.

Na advocacia, dia 14 passado, a OAB do Paraná homenageou o advogado e professor René Ariel Dotti. Um caso de dedicação ao Direito, à cultura, à defesa do interesse público e da classe. Além de inúmeros livros na área Penal, foi defensor de presos políticos no regime militar, autor nos anos 1970 de inédita ação popular ambiental visando à proteção do Parque Nacional de Vila Velha, em Ponta Grossa, PR, e notável secretário da Cultura nos anos 1980, quando Curitiba lançava as grandes peças de teatro nacionais. Advogado dedicado, nunca perdeu a elegância no trato. No TRF4, ganhasse ou perdesse um recurso, passava no meu gabinete para despedir-se ou deixava um cartão. Teve e tem, em plena atividade, o reconhecimento devido.

Mas, se a matéria é reconhecimento, devemos nos preocupar mais em reconhecer do que em sermos reconhecidos. E aí, pressionados pela correria da vida moderna, nem sempre somos atentos a detalhes e, assim, perdemos oportunidades de tornar públicas situações ou exemplos de vida. Explico.

Nos Tribunais é comum servidores dedicarem toda sua vida útil ao serviço. O cargo, evidentemente, não lhes dá a visibilidade das funções do magistrado. Um dia se aposentam e, na maioria das vezes, recebem apenas votos de felicidades dos que o rodeiam. A saída é sempre traumática, a pessoa sabe que está virando uma página de sua vida, teme o futuro, fica vulnerável. Homenageá-la neste momento é o mínimo a ser feito. Deixar registrada a gratidão através de uma foto em um quadro ou uma placa de prata sempre é oportuno.

Na Academia é fácil distinguir os que ensinam com amor e dedicação e os que ali estão para adquirir status ou reforçar o caixa. Os primeiros se entregam, não escondem os segredos profissionais (o conhecido pulo do gato) e acompanham a vida de seus alunos, vibrando com as suas conquistas. Os segundos entram e saem sem deixar vestígios de sua passagem.

Milton Luiz Pereira ensinou Direito Penal na Faculdade de Direito de Curitiba, hoje UniCuritiba. Foi um professor rigoroso e extremamente dedicado, tal qual fazia na magistratura, onde chegou a ser ministro do STJ. Os alunos reclamavam das exigências, porém sabiam que aquela era uma forma de ensiná-los não só para o Direito, mas para a vida. Quando do falecimento do mestre, o cemitério ficou lotado de profissionais do Direito, seus ex-alunos, que contavam ricos episódios ocorridos em sala de aula. O reconhecimento era notório, pena que não foi em vida.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Estas conclusões não são científicas, mas sim empíricas, fruto da observação da vida. Os casos citados nada mais são do que alguns entre milhares de pessoas que nos estão próximas.

Todos nós conhecemos aqueles que se valem do poder que o cargo público lhes dá, para promover-se pessoalmente, nada fazendo a favor da sociedade ou de pessoas individualmente. Atraem o pior tipo de pessoas, os bajuladores. Estes, todavia, desaparecerão assim que pressentirem que o eleito entra em declínio profissional.

E também conhecemos advogados que, na busca do ganho, tudo fazem sem a menor preocupação de ordem ética. Enriquecem rapidamente. Para distrair suas consciências afirmam que todos têm direito à defesa, o que é um flagrante sofisma. A premissa é verdadeira (todos têm direito à defesa), mas o raciocínio é falso (isto pode incluir provas falsas ou tráfico de influências), portanto, a conclusão não é verdadeira. Mas, nem por isso serão felizes. O sucesso profissional que alcançam, sempre exteriorizados por carros luxuosos e outros aparatos, normalmente escondem vidas tumultuadas, filhos problemáticos e ausência de paz.

Em suma, vidas bem conduzidas levam ao reconhecimento profissional, familiar e social e este, seguramente, sempre foi e é o caminho para a verdadeira realização. Seria absurdo lutarmos para sermos reconhecidos, mas podemos lutar, através de iniciativas muitas vezes simples, para que os que merecem sejam reconhecidos.

Date Created
19/06/2016

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.